



ANEXO 6
MINUTA DO CONTRATO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PASSO
FUNDO E _____.

O **MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 87.612.537/0001-90, com sede no Centro Administrativo Municipal, na Rua Dr. João Freitas, nº 75, Passo Fundo, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Pedro Cezar de Almeida Neto, brasileiro, solteiro, inscrito no RG sob o nº 1064289778 SSP/IGP/RS e CPF sob o nº 657.414.550-34, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE** e _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida em _____, na rua _____, nº _____, Bairro _____, pelo seu representante infra-assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **Chamamento Público nº 08/2026**, conforme consta do **Processo Administrativo Eletrônico nº 2024/21476**, firmam o presente contrato que é regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela lei 13.146/2015 (Lei brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência), pela lei 10436/2002 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais, como meio de comunicação e expressão, o Decreto nº 5.626/2005 que regulamenta a referida lei e estabelece a obrigatoriedade de assegurar acessibilidade comunicacional em serviços e eventos públicos, é regido pela L pelos preceitos do direito público e pelas demais condições fixadas no edital e seus anexos. e pelos preceitos do direito público, aos quais os interessados devem se submeter.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - É objeto deste Contrato Contratação de serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) com cessão de uso de imagem e voz, para prestação de serviços continuados e sob demanda, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Passo Fundo.

Os profissionais deverão comprovar qualificação técnica compatível com a atividade de tradução e interpretação em LIBRAS. Seguindo o Art 4º da lei 14.704/2023 que dispõe sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia - intérprete da Língua Brasileira de Sinais.(Libras).

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES, DOTAÇÃO E PAGAMENTO

2.1 - O pagamento será realizado com base nas horas efetivamente prestadas com base nos valores fornecidos na tabela 4.2 do Termo de referência.

2.2 - O pagamento será realizado após a execução do serviço e mediante atesto da autoridade competente, observados os valores unitários previamente definidos no instrumento convocatório.

2.2.1 - Sobre o valor total bruto poderão incidir impostos devidos (IR, ISS e INSS), os quais serão retidos na fonte, em cumprimento a legislação vigente;

2.3 - De acordo com a Secretaria de Finanças, os pagamentos serão efetuados



até o décimo dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida pelas secretarias requerentes.

2.4 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país e somente serão aceitas quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Contratante.

2.5 - Os pagamentos somente serão efetuados mediante a retenção, se cabíveis, dos tributos exigidos por lei.

2.6 - O CPF/CNPJ da Credenciada constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação ao chamamento público.

2.7 - Nenhum pagamento será efetuado à Credenciada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

2.8- O credenciado receberá o respectivo crédito, mediante depósito em conta bancária de titularidade do CPF/CNPJ da Nota Fiscal.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO E DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - O presente Contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº Lei 14.133/2021, Decreto Municipal nº 23/2023, pelas disposições do edital, seus anexos, deste instrumento e demais normas pertinentes.

3.1.2 - Caso os serviços executados não atendam às exigências constantes no edital, seus anexos e neste instrumento, a fiscalização poderá solicitar ao setor competente o início de processo interno de rescisão unilateral de contrato, garantido o contraditório e a ampla defesa.

3.2 - Farão parte integrante do contrato as condições previstas no edital e seus anexos.

3.3 - O presente Contrato **terá vigência pelo período de 12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura.

3.4 - Conforme estipulado pelo Art. 107 da Lei 14.133/2021, os contratos referentes a serviços contínuos podem ser prorrogados de maneira sucessiva, respeitando o limite máximo de vigência de dez anos. Essa prorrogação está sujeita à avaliação da autoridade competente, que deverá atestar a manutenção da vantagem para a Administração em termos de condições e preços.

3.5 - Constituirão motivos para rescisão do Contrato:

3.5.1 - Inadimplemento de quaisquer uma de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1 - Os serviços serão prestados mediante requisição da Administração em dias, horários e locais definidos conforme cada demanda.

4.2 – A requisição dos serviços poderá ser feita via e-mail ou whatsapp, com 10 dias de antecedência quando para eventos programados, sendo que poderá haver situações de



urgência/emergência, nos quais poderão ser requisitados serviços de interpretação, sem levar em consideração o prazo mínimo.

4.3 - Quando se tratar de evento com mais de 1 hora (uma hora) deverão ser chamados dois profissionais para o trabalho em revezamento conforme preconiza a Lei 14.704/2023.

4.4 – Os serviços de tradução e interpretação de LIBRAS serão prestados de forma contínua e sob demanda mediante requisição formal da Administração, em datas horários e locais previamente informados com no mínimo 48 horas de antecedência conforme a natureza de cada evento ou atividade institucional.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DO CONTRATANTE:

5.1.1 - Exigir o exato cumprimento do objeto e das cláusulas contratuais;

5.1.2 - Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do objeto do Contrato;

5.1.3 - Efetuar o repasse dos recursos financeiros à CONTRATADA observando o prazo e as condições avençadas;

5.1.4 - Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção;

5.1.5 - Aplicar à CONTRATADA penalidades, quando for o caso;

5.1.6 - Fiscalizar a execução do contrato, por intermédio do secretário da pasta requisitante ou de servidor por ele designado.

5.2 - DA CONTRATADA:

5.2.1 - Executar fielmente o objeto do contrato, de acordo com as cláusulas avençadas e observância da legislação em vigor, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

5.2.2 - Manter atualizados, junto ao Município, os dados cadastrais, com endereço completo, telefone e endereço de correio eletrônico (e-mail), dentre outras informações indispensáveis à comunicação entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, de modo a viabilizar as convocações, intimações e notificações quando se fizerem necessárias;

5.2.3 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto deste contrato, até o limite legal;

5.2.4 - Executar o objeto contratado, nos valores, prazo e forma estipulados neste Contrato;

5.2.5 - Executar o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos neste Contrato;

5.2.6 - Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade, salvo em caso de autorização expressa do CONTRATANTE;



5.2.7 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

5.2.8 - Responder pelo pagamento pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, quando for o caso;

5.2.9 - Cumprir os prazos estabelecidos, o profissional credenciado que fará o serviço de interpretação de Libras deverá se apresentar, com antecedência mínima de 30 minutos, ao local determinado, a fim de verificar as condições e características do local, do público, do tema e das atividades a serem realizadas. Esse período não será computado como hora trabalhada para efeito de contabilização do pagamento da prestação do serviço.

5.2.10 - Quando da impossibilidade de realizar o serviço a que foi chamado o contratado deverá encaminhar ao demandante a justificativa do não comparecimento no máximo 24 horas após a convocação, para que seja possível convocar o próximo credenciado em tempo hábil.

5.2.11 - Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE e atender às solicitações dos gestores e Fiscais do Contrato, de forma detalhada dentro dos prazos fixados;

5.2.12 - Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos serviços prestados;

5.2.13 - Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços, sendo que a omissão das mesmas poderá resultar no rompimento do contrato estabelecido;

5.2.14 - Não permitir a utilização do trabalho de crianças e adolescentes;

5.2.15- Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no chamamento público;

5.2.16 – Estar ciente que os serviços serão prestados mediante requisição das Secretarias requisitantes, em dias, horários e locais definidos conforme cada demanda.

5.2.17 - Estar ciente que a requisição dos serviços poderá ser feita via e-mail ou whatsapp, com 10 dias de antecedência quando para eventos programados, sendo que poderá haver situações de urgência/emergência, nos quais poderão ser requisitados serviços de interpretação, sem levar em consideração o prazo mínimo, devendo o credenciado manter seus dados atualizados na Secretaria de Cidadania e Assistência Social.

5.2.18 - É de responsabilidade dos profissionais credenciados, os custos com transporte e deslocamento até o local onde será prestado o serviço, sendo que o mesmo poderá ser solicitado em qualquer local dentro do território do município de Passo Fundo;

6 - CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1- A **Fiscalização da Execução** do Contrato fica a cargo da Secretaria de Cidadania e Assistência Social através de Fiscal do Contrato nomeado com essa finalidade;

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES

7.1 - Na vigência e na execução do objeto deste Edital em desacordo com o objeto contratado e



com as normas da legislação aplicável, ou no caso de inexecução do objeto deste Contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e/ou inadimplemento contratual, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa de 5% (cinco por cento), do valor da remuneração pelos serviços prestados, relativa a inexecução ou execução em desacordo com as condições editalícias;
- III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública do ente federativo sancionador, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- IV - Declaração de inidoneidade, a qual impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 (três) anos.

8.1.1 - Quando da aplicação de penalidades, será garantido o contraditório e a ampla defesa, da qual caberá recurso no prazo de 03 (três) dias úteis.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DAS COMUNICAÇÕES

8.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas ao acompanhamento, fiscalização e controle do presente Contrato, serão feitas sempre por escrito.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO

9.1 - A CONTRATADA não poderá ceder o presente vínculo ou subcontratar o seu objeto para outro profissional, no todo ou em parte, sendo nulo de pleno direito qualquer ato neste sentido, além de constituir infração passível de penalidade.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Passo Fundo (RS), com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja. As partes, por estarem justas e convencionadas, firmam o presente instrumento.

Passo Fundo (RS), _____ de _____ 2026.

Pedro de Almeida
Prefeito Municipal

CONTRATADA